

JÚNIOR, António Ernesto Lassance. **Pelas mãos dos presidentes: construção do Estado e desenvolvimento em uma perspectiva comparada das presidências de Campos Salles e Getúlio Vargas.** Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013;

JÚNIOR, Cid de Oliva Botelho. **A crise cambial do encilhamento: algumas observações sobre a interpretação de Celso Furtado.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 275-294, jul./dez. 2003;

JÚNIOR, José Márcio Figueira. **A Administração Pública do primeiro biênio de Campos Sales.** Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas v. 2, n. 2, 2017;

LIMA, Rodrigo de. **A política financeira da Primeira República do Brasil (1889-1930).** Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n° 55, ago. 2012;

MONTEIRO, Tobias. **O Presidente Campos Salles na Europa.** Rio de Janeiro: F. Briguet e cia, 1928.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A Economia Política dos Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana.** Análise Económica, ano 21, n° 39, março, 2003, Porto Alegre

VISCARDI, Cláudia Maria R. **O Federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, no 4, 2016, pp. 1169 a 1206 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582016110> .Acesso em: 17/08/19

VARGAS E A (RE) ASCENSÃO CLERICAL: RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA (1930-45).

Jefer Cavalcante Porto
Universidade Federal de Campina Grande
pjefer@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca elucidar a relação simbiótica entre o governo de Getúlio Vargas e a Igreja Católica, enquanto instituição ideológica, período correspondente ao germe do processo de “Restauração Católica” no Brasil. Desta feita, no bojo do aporte teórico foram feitas análises pautadas por uma discussão com as reflexões de Azzi (1978), Alves (1979) e Villaça (2006), amalgamadas com outras escritas do tema mais recentes e com enfoques analíticos distintos, que não cabem aqui serem alongadas, por essa razão, metodologicamente, tomamos por base uma pesquisa de cunho majoritariamente bibliográfico. Compreendemos, pois, que o governo Vargas utilizava o catolicismo, e a instituição da Igreja Católica, como fortes aliados, na busca por legitimar a sua perspectiva trabalhista e industrializante perante a população. Ao passo que a Igreja valeu-se dessa união galgando restabelecer sua influência entre as elites econômicas e, sobretudo, políticas, em decorrência da ascensão do anticomunismo enamorado por setores eclesiásticos e estatais.

Palavras-Chave: Igreja Católica; Getúlio Vargas; Política; Anticomunismo.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após o Golpe da República, em 15 de novembro de 1889, e a subsequente outorga, em 1891, de uma nova Constituição que conferia ao Brasil o status de Estado Laico, a Igreja Católica, antes religião oficial do país, tornou-se paulatinamente abjeta para os intentos da elite, perdendo grande parte do seu poder de influência entre setores da política nacional, em razão, sobretudo, da popularização do ideário positivista, mote da ascensão republicana e a conseqüente queda da monarquia. O casamento civil, a passagem da tutela dos cemitérios às prefeituras, a desvinculação do ensino religioso nas escolas públicas, foram algumas das baixas sofridas pelos católicos com a implantação do regime republicano (SILVA, 2012).

A Hierarquia eclesiástica brasileira,¹⁶⁹ desde os entraves com a Monarquia decorrentes da Questão Religiosa¹⁷⁰ (ou Questão dos Bispos), onde se defrontaram o poder político do Imperador, sob a égide regalismo (intervenção do governo nos assuntos internos da Igreja Católica), contra autoridades clericais aliadas ao Papa Pio IX e apoiadoras de sua encíclica *Quanta Cura* com seu polêmico anexo, o *Syllabus*, estava perdendo seu posto entre membros das elites dirigentes, sobretudo devido à influência exercida pela maçonaria e pelo ideal positivista, em especial entre membros do exército.

Contudo, o período que precede a Constituição de 1891 havia se tornado fértil para o apoio do Papado a Igreja brasileira, mesmo antes da desvinculação oficial da Igreja brasileira para com o Estado. Isso ocorre, pois, após a declaração da laicidade estatal, os membros do clero necessitavam reestruturar-se e reestabelecer laços de apoio mútuo com a Cúria Romana, relação que havia sido minorada durante o período imperial, em virtude do grande poder sob a Igreja de que dispunha D. Pedro II, sobretudo em decorrência da popularização do galicanismo entre os prelados, inclusive dando-o o poder de placitar ou não as bulas e encíclicas papais em território nacional. Como aponta Antônio Carlos Villaça:

A Questão Religiosa é a questão do Padroado em seu ponto crítico. Tudo gira derredor do *placet*, a placitação das bulas. Mas, de fato, o que há são duas mentalidades em conflito: o catolicismo tradicional e o rigorismo antimaçônico do *Syllabus*. [...] Eis a maior e mais inequívoca das divisões na história do catolicismo no Brasil – a Questão dos Bispos (VILLAÇA, 2006, p. 85-91 adaptado).

O suporte dado pelo Clero italiano foi facilitado, pois, após os conflitos pela Unificação Italiana, no século XIX, “os papas, cuja autoridade tinha sido reforçada em 1870 pelo Concílio do Vaticano I e pela declaração do dogma da sua infalibilidade

¹⁶⁹ Como Hierarquia, durante o presente texto, entendo apoiado na concepção de Alves (1979), como sendo os altos setores da estrutura organizacional da Igreja Católica brasileira, em suma, os representantes da elite eclesiástica brasileira.

¹⁷⁰ Ver VILLAÇA, A.C. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 85-96.

doutrinal, haviam conseguido eliminar qualquer contestação ao poder da Cúria Romana.” (ALVES, 1979, p. 34). Por essa razão, como aponta Márcio Moreira Alves, a Igreja estava dedicada a “restabelecer a hegemonia do catolicismo segundo um modelo de cristandade e defender a Igreja contra os que consideravam inimigos: o protestantismo, a maçonaria, o modernismo, o marxismo, o laicismo” (Ibid.).

Entre as estratégias utilizadas, após os anos iniciais que se seguiram à proclamação da república: o Brasil foi dividido em duas províncias religiosas, criaram-se cinco dioceses, novas ordens religiosas se instalam no país e recebem reforços estrangeiros, a catequese dos índios é retomada, sobretudo na Amazônia, onde se voltam para atitudes filantrópicas, visando suprir o déficit de alcance do Estado como forma de angariar fiéis. Além disso, a Igreja procurou estabelecer uma nova postura de resistência com intuito de manter seu poder de influência sob a sociedade civil, entre essas novas medidas estavam, por exemplo, o aumento vertiginoso no número de pastorais e dioceses em todo o país (Ibid., pp. 34 - 35).

Entretanto, apesar dessa empreitada em conluio com o Vaticano, foi somente a partir dos idos de 1920, com as sucessivas agitações sociais, políticas e militares que abalaram a República Velha, onde a Igreja passou a retomar notoriedade no cenário político nacional, e, por conseguinte, logrou voltar a um posto de ampla influência após a vitoriosa Revolução de 30 e o estabelecimento de Getúlio Vargas no poder. A reascensão clerical, apesar dos esforços conjuntos da Hierarquia nacional e romana, apenas se tornará “possível graças à ajuda do poder político” (ALVES, op. cit., p. 18). Exemplo disso tem-se evidenciado, uma vez que, após as exigências da Revolução Constitucionalista e a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, a Igreja Católica conseguiu eleger seus representantes mediante articulação da Liga Eleitoral Católica (LEC). Desta feita, a Constituição de 1934, passou a garantir uma ampla institucionalização eclesiástica nos aparatos estatais, a partir de então, utilizando-se de uma estratégia de atuação pelo Estado, a Igreja reascende definitivamente ao poder (MENDONÇA, PEREIRA, RODRIGUES, LOSS, 2011).

O foco do presente estudo é, portanto, a busca por entender as razões dessa articulação político-religiosa e, sobretudo, analisar a importância da relação estabelecida

entre o governo de Getúlio e a Igreja Católica para o jogo político do período. Há uma linha interpretativa, que de algum modo se perpetua até hoje, inferindo que a Igreja serviu a um objetivo preciso, qual seja, o de alicerçar o Estado e garantir a ordem social. Tal visão proporciona uma reflexão sobre os nuances dessa realidade e lança mão de um leque de perspectivas pelas quais a Igreja não se contentou com um papel coadjutor, como quiseram lhe dar seus algozes e aliados (BALDIN, 2012). Durante os anos que se sucedem no governo Vargas, sobretudo durante o Estado Novo, a atuação da igreja torna-se mais incisiva, em especial junto ao operariado. A relação estabelecida, portanto, preconizava a ajuda mútua entre o apoio popular ao governo garantido pelos fieis católicos, e vistas de uma reestruturação clerical, posto que, como aponta Marco Baldin, as reivindicações da Igreja giravam em torno, sobretudo, da busca por manter uma sobriedade frente ao aparato de mudanças que se consolidavam.

2. A IGREJA E O SECULAR DURANTE A DÉCADA DE 20

Observa-se, pois, que a partir do processo de proclamação da República, a principal tentativa para selar o processo de transição era a busca por parte do poder político de eliminar os traços imperiais no regime nascente, desta feita, movida por forte nacionalismo e pela influência do positivismo entre as fileiras do Exército, a Constituição de 1891 estabelece o Estado Laico. Visto isso, a partir da perspectiva de Miroslav Hroch (apud OLIVEIRA, 2015, p. 3), podemos entender que os movimentos nacionais emergem como resultado de crises e desintegração de um velho regime, assim irrompia a nova República brasileira, em vistas de tentar apagar as heranças políticas monárquicas. Tendo à frente uma Constituição ligada ao liberalismo e ao positivismo, restou ao catolicismo pouca participação política, contudo, é mister observar que, embora o processo de ascensão republicana tenha tentado minorar a vida social e, sobretudo, política da Igreja Católica, a mesma ainda gozava de amplo apoio e adesão popular em suas formas de manifestações mais diversas, sobretudo ritualísticas. Conforme coloca Marcelo Côrte

Neri, os republicanos mantinham certo cuidado, pois, ir contra o catolicismo poderia representar ir contra a população.¹⁷¹

Os políticos de fins do século XIX e início do século XX, imbuídos em um bojo de ideias liberais e positivistas, não possuíam muito interesse em ter a colaboração da Igreja, nem em manter aliança com ela. Da mesma forma, os bispos da Igreja após as mudanças republicanas mantiveram-se bastante reticentes e, em alguns casos, alheios à vida política do país, o foco principal da hierarquia eclesiástica consistia, pois, em uma reforma de cunho interno com vistas de uma aproximação com o Clero romano (AZZI, 1978). Entretanto, a partir da década de 1920, emergem movimentos sociais que preconizavam uma revolução social, atrelado a isso, a política brasileira mostrava-se fragilizada mediante a ascensão das revoltas tenentistas¹⁷² que cerravam as fileiras do exército. Conforme analisa Thomás Bruneau:

[...] nos primeiros anos da década de 1920, com baixos níveis de industrialização, urbanização, diferenciação social e centralização política, o sistema se tornou menos capaz de enfrentar a situação, e distúrbios civis, movimentos revolucionários e tentativas de revoltas começaram a se manifestar. *É significativo que nesses tempos de intranquilidade civil as autoridades se voltassem para a Igreja como um meio de aumentar a sua legitimidade aos olhos do povo.* Parece-me exato afirmar que a alienação da Constituição da realidade nacional se tornou cada vez mais óbvia com a intranquilidade social e a instabilidade política: a elite procurou então, o apoio da Igreja (BRUNEAU, 1974, p. 77). [Grifos nossos]

Após a separação entre Igreja e Estado, a Hierarquia Católica enfrentou diversos reveses, em especial no que tange ao papel de uma liderança forte e amplamente

¹⁷¹ Ver em: NERI, Marcelo Côte – *Coord. Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2011.

¹⁷² Durante a década de 1920 podemos observar a ocorrência de diversos movimentos tenentistas, denotando um esboroamento do sistema oligárquico da República Velha, como: o movimento dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922; a Revolta Paulista, em 1924 e, em especial, a Coluna Prestes. O impacto causado por tais movimentos irá escancarar a fragilidade organizacional da República brasileira, levando a um estado de tensão constante, sobretudo nos governos de Artur Bernardes e de Washington Luís, culminando com a Revolução de 30.

reconhecida pelos demais membros da Hierarquia, os primeiros anos da República Brasileira são marcados, para a Igreja, “por um vázio de liderança, criado pela morte de Dom Macedo Costa, logo após a Proclamação da República” (IRSCHLINGER, 2014, p. 1144). Tal problema da falta de representação começara a ser suprido apenas ao final da segunda década do século XX, pela figura do jovem arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme, que em sua famosa Pastoral de 1916 impacta grandemente os centros do pensamento católico e da intelectualidade leiga (que durante a Era Vargas será uma das maiores forças da Igreja Católica para pleitear funções públicas e fazer frente às outras instituições seculares).¹⁷³

Exprimindo “o que sentia diante do catolicismo morno ou vago dos brasileiros” (VILLAÇA, op. cit., p. 133), Dom Leme pede uma reação católica, um chamado para a renovação, conforme constata Villaça: “Não havia ação católica. Não havia espírito de organização. [...] Nesse período, o prestígio da imprensa vem substituir o do púlpito” (op. cit., p. 134-135). A Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme revela uma conscientização de setores da hierarquia sobre a situação da Igreja no Brasil, torna-se, pois, uma autocrítica, ao passo que também é um apelo à ação, Dom Leme aponta para uma cristianização das instituições sociais, assim como uma ampliação e melhora no quadro dos intelectuais católicos. Conforme salienta Alves (1979), a partir desse período começa a haver uma simpatia mútua entre os dirigentes do Estado e os altos postos da Hierarquia Católica, contudo esta última carecia de uma coesão e de um líder que servisse como porta-voz da instituição, por essa razão, é com o impacto da Pastoral de 1916 que D. Leme passa a ocupar esse papel de liderança e de porta-voz da Igreja Católica enquanto instituição.

A República, sob o viés positivista, evocava o lema "Ordem e Progresso". Na década de 20 as autoridades civis e religiosas se uniam ao redor da palavra Ordem, que

¹⁷³ Ver em: IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *O “renascimento” da Igreja Católica do Brasil: Ideários de uma geração (1920-1940)*. XIV Encontro Regional de História. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, PR. 2014.

significava manutenção da estrutura política e social tradicional, contra os movimentos emergentes no país; estes apregoavam a necessidade de criar um novo tipo de ordem sócio-política. Segundo a visão das autoridades governistas e clericais, essas forças novas constituíam movimentos que se destinavam a desagregar a unidade política e religiosa da nação (AZZI, op. cit.). A Igreja brasileira, sob a influência da renovação católica francesa (iniciada na transição do século XIX para o XX, sendo esta, por sua vez, focada, sobretudo, no problema da “descristianização” das camadas intelectuais), não ficou alheia a tal mudança de ideário e mentalidade entre os letrados brasileiros, principalmente entre os postos mais altos da Hierarquia, “a frase ‘é preciso catolicizar o Brasil!’ ecoou como uma espécie de lema entre o clero brasileiro” (IRSCHLINGER, op. cit., p. 1139).

Desta feita, para além dos propósitos letrados sob os auspícios de uma “ordem” evocada pelas classes dirigentes, a Igreja buscou relacionar as atividades intelectuais e religiosas dessa empreitada, visando amalgamar entre a elite brasileira, em especial a elite culta, uma mentalidade católica, visto que, como aponta Fausto Alencar Irschlinger (2014), a geração intelectual compreendida entre as décadas de 1920-1940 buscava auxiliar o Estado na construção de uma sociedade Una, o problema da identidade e das instituições torna-se, pois, central a essa problemática. Em vistas de caldear essa ténue unidade de pensamento dos letrados, o clero brasileiro passará a focar seus esforços em fomentar uma unidade intelectual pautada no catolicismo; é Jackson de Figueiredo¹⁷⁴ que “inaugura no Brasil esse catolicismo intelectual” (VILLAÇA, op. cit., p.174), no papel de um ferrenho defensor da doutrina da Ordem.¹⁷⁵

Além disso, visando unir os intentos intelectuais de membros da elite brasileira com o pensamento e a doutrina católica são fundados o Centro Dom Vital, em 1922, e a revista *A Ordem*, no ano anterior; como aponta Villaça: “1922 é o ano da tríplice

¹⁷⁴ Jackson de Figueiredo Martins (1891- 1928), formado advogado, após sua conversão ao catolicismo atuou intensamente como crítico, ensaísta e jornalista político. Além disso, teve um importante papel no fomento ao movimento leigo católico, atuando na fundação do centro Dom Vital e do jornal católico *A Ordem*. Cf. VILLAÇA, op. cit., pp. 159 – 174.

¹⁷⁵ Ver: VILLAÇA, op. cit., pp. 159-175.

revolução, como gosta de dizer Alceu Amoroso Lima, a política (o Forte de Copacabana), a estética, através da Semana de Arte Moderna, e a espiritual com a fundação do Centro Dom Vital.” (op. cit., p. 170). O Centro, fundado por uma iniciativa de Dom Sebastião Leme em conluio com Jackson de Figueiredo, “destinava-se a recatolização da intelectualidade brasileira” (AZZI apud IRSCHLINGER, op. cit., p. 1142), promovendo estudos e discussões buscava congregar a intelectualidade em torno de uma ação apostólica; a revista, por sua vez, difundia as discussões do Centro Dom Vital, buscando angariar adeptos, em especial entre a elite dirigente, e fazer uma defesa do catolicismo frente às influências do materialismo e do ideal positivista (Idem). Havia, pois, um papel de cooperação entre ambas as iniciativas, visando uma propagação ideológica e uma aproximação do pensamento católico com os auspícios dos detentores do poder político e intelectual.

Tal como a aristocracia brasileira se curvava perante as influências europeias, assim ocorreu com o catolicismo, durante o seu período de reforma interna, passando, por sua vez, a se europeizar e romanizar. Desse modo, no seio das elites, sobretudo rurais, esse catolicismo intelectualizado e elitista exerceu um forte poder de sedução, colhendo para a Igreja a conversão de uma série de intelectuais e estadistas brasileiros (MENDONÇA, et al., op. cit.). Por essa razão, a Restauração Católica, como se convencionara chamar a época, encabeçada pelo Cardeal Dom Leme, foi um importante passo para a consolidação de uma forte base para a reascensão clerical ao poder, sob a égide do governo Vargas.

3. GETÚLIO E A HIERARQUIA CLERICAL: NUANCES DE UMA SIMBIOSE POLÍTICA E SOCIAL

A Igreja até o momento apresentava-se de forma desarticulada entre si, sua posição diante dos acontecimentos da Revolução de 30 não fora, portanto, uniforme. Entretanto, com a nova conjuntura política estabelecida com a deposição de Washington Luís, auxiliada pelo caráter pacífico do então cardeal Dom Leme (inferindo a posição eclesiástica que seria tomada no governo nascente), três grupos tornaram-se centrais para

Vargas garantir sua legitimidade popular e manutenção no poder: os tenentes, o proletariado, em especial urbano, e a Igreja, mediante mobilização popular. Conforme atesta Bruneau:

[...] a legitimidade da Igreja é uma vantagem preciosa para o governo. Vargas compreendeu isso, e fez tudo para ganhar a aprovação da Igreja. *A compreensão que resultou da cooperação Vargas-Leme pode muito bem ter facilitado o governo de Vargas, e certamente ajudou a Igreja a reformular a sua abordagem de influência* (BRUNEAU, op. cit., p. 78).
[Grifos nossos]

Getúlio eivado de um caráter populista, característica que o acompanhou durante toda sua trajetória política, buscou conciliar os seus interesses com os do clero brasileiro, em vistas de uma permuta entre legitimidade e apoio popular angariada através dos fiéis católicos, ao passo que conferia a Igreja um status de importância cada vez mais amplo e um caráter, em parte, institucionalizado, fatos estes tão caros a Hierarquia eclesiástica e que desde o final do Império não se consolidavam. Longe da figura de um devoto católico, Vargas propôs-se a representar a figura de um benfeitor da religião majoritária no país, a Revolução de 30 é, portanto, o momento de reintegração entre Igreja e Estado. (MENDONÇA, et al., op. cit.). Desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a Igreja Católica procurou se reaproximar do Estado com o objetivo de garantir direitos políticos, usando para isso, interdiscursos religiosos. Segundo Sérgio Miceli (apud SILVA, op. cit., p.3) “[...] a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair generosos dividendos em termos de popularidade”.

A década de 30 foi marcada por uma polarização política extremamente rígida, em especial após os eventos do Levante Comunista de 1935, desta feita organizavam-se as representações nos discursos dominantes do cenário político de forma unitária em uma dissociação entre dois grupos, a saber, comunistas e anticomunistas (representados pelo próprio Vargas, a Igreja e os Integralistas). Apesar de não estar oficialmente ligada ao Estado, a Igreja manteve durante toda a Era Vargas forte influência, advogando para si a égide de ter evitado uma revolução sangrenta no Brasil. O projeto nacionalizador de Getúlio Vargas, por sua vez, encaixava-se perfeitamente nas suas ambições políticas, em conluio com o Episcopado brasileiro. O ano de 1935 é, portanto, essencial para entender

os rumos político-sociais da década, os movimentos tenentistas haviam saídos enfraquecidos das eleições de 1933, a constituição de 1934 representava uma vitória das alas mais conservadoras da sociedade. Com a radicalização dos movimentos das forças sociais, em 1935, foi impossível evitar a aproximação de setores entre os clérigos que manifestassem apoio a Ação Integralista Brasileira, no momento, detentora da simpatia de Vargas para conter os avanços comunistas no país.

Segundo aponta Alcir Lenharo (apud *Ibidem*), Vargas aproveitou a religião para usá-la como instrumento de dominação. O estado precisava manter o espírito cristão, e Getúlio precisava ser encarado como Pai da nação em uma perspectiva cristã. A título de exemplo, tem-se o apelo popular na proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, onde estiveram presentes diversas lideranças políticas. A Igreja também teria feito sua parte apoiando o Estado em questões políticas delicadas. Conforme advoga Dom João Becker, deixando claros os intentos políticos do clero:

Nesta nova phase da vida nacional, é preciso que governantes e governados levantem seu olhar e seu coração a Christo Nosso Senhor Rei supremo e legislador máximo do céu e da terra, a quem deve prestar obediencia os individuos e as collectividades, os Estados e os parlamentos, os partidos políticos e as instituições públicas (BECKER apud SILVA, op. cit., p.5).

A postura nacionalista de Vargas o levava a visar à montagem de uma unidade nacional, projeto este acentuado durante o Estado Novo. O valor simbólico de uma união nacional baseada na cultura tornou-se foco da política social varguista, desde a instrumentalização do samba e do futebol, a perspectiva religiosa passa a integrar o prisma de busca pela uma unidade pretendida. A política oficial do governo reivindicava a ideia de uma formação do Brasil composta por três raças, encarando raça como conceito, a priori, cultural. Desta feita, a escolha de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do país adquire um significado especial, de representatividade e simbolismo, revelando a tônica das relações governo e Igreja, no período de 1930-45. (MENDONÇA, et al., op. cit.).

Era necessário que o catolicismo se apresentasse mais nacional, e com isso, a criação de uma padroeira mestiça, aproximaria o catolicismo do brasileiro e assim, do

Estado. Atrelado a isso, de acordo com José Murilo de Carvalho, a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas.¹⁷⁶ Podemos identificar que a mesma Igreja combatida pelo republicanismo nascente, será uma forte aliada de Vargas, com fins de alicerçar seu governo, sobretudo durante a fase autoritária, o Estado Novo é, portanto, a consolidação de uma relação oficiosa, porém não oficial, entre Igreja e Estado.

Outro ponto de destaque a ser levantado é a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, em 1931. Notabilizou-se por ser um evento importante, que contou com a presença do então presidente Getúlio Vargas e do cardeal Leme na cerimônia, conectando os dois atores a imagem de Cristo, e com isso, uma tolerância do Estado aos símbolos religiosos. Em 1933, com as eleições para uma Assembleia Constituinte se aproximando, os clérigos cada vez mais incentivavam a massa a participar da política, visando que o país não caísse em mãos “impuras”. Os líderes eclesiais apelavam para uma vitória política dos fiéis, buscando a manutenção da vitoriosa Revolução de 30, convocavam os católicos a votarem em candidatos que legislassem segundo os princípios da cristandade (SILVA, op. cit.). Dessa forma, pode-se observar a importância dos movimentos leigos e os intelectuais católicos engajados, como aponta Alves (1979), o crescente papel da LEC nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1934 foi essencial para a inserção de militantes católicos na representação política de fato, como por exemplo, Plínio Correa de Oliveira (que anos depois fundará a TFP – Tradição, Família e Propriedade – uma das principais organizações de direita católica durante a Ditadura Militar).

¹⁷⁶ Ver em: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Outra obra importante para entender a construção histórica de determinados personagens para legitimação de novos regimes, mais especificamente tratando sobre a Revolução de 30, é a de José Luciano Queiroz Aires. Cf. AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memória na Paraíba (1930-1945)*. Campina Grande: EDUFMG, 2013.

Com essa relação de apoio mútuo alguns objetivos foram alcançados pela Igreja na nova Carta Magna Nacional, de 1934, como por exemplo: o casamento religioso agora passava a contar com efeitos civis; a autorização para cemitérios religiosos; a garantia da presença de capelães nas forças armadas; a lei que garantia a propaganda contra movimentos subversivos; o voto de religiosos nas eleições civis; dentre outras (BANDEIRA, 2000 apud SILVA, op. cit., p.2). Em razão dessa união oficiosa grande partes das reivindicações católicas foram atendidas, visto que o Estado tinha um objetivo bem claro: ansiava-se apoio da instituição que era uma das mais antigas do país, e que aglutinava em seus centros a maioria dos brasileiros, mesmo que muitos dos que se declaravam católicos não fossem assíduos frequentadores da instituição (CAVALCANTI, 1994 apud Ibid.).

O auge desse conluio entre forças religiosas e estatais se consolida a partir do Estado Novo, nesse período Vargas busca consumir uma íntima relação com o operariado brasileiro, numa perspectiva de troca, deixando claro o caráter trabalhista do regime. De um lado o Estado protecionista garantiria seus direitos trabalhistas, uma legislação protetora, e seus benefícios; em contrapartida, o proletariado, em suma urbano, conferiam autonomia e legitimidade para o governo. O dia do trabalho, tal como a organização de festas cívico-religiosas ganharam apoio do Governo como forma de garantir a união entre o chefe de Estado e o povo, além de estabelecer uma unificação cultural como elemento de uma forjada brasilidade.

Embora a Constituição outorgada de 1937, a “polaca”, anulasse em parte as conquistas católicas alcançadas em 1934, o Estado Novo tendeu a manter e aumentar os favores governamentais à Igreja. Portanto, baseando-se em um “pacto moral” garantido pela amizade entre o Cardeal D. Leme e Vargas. A Igreja teria sofrido o “contágio” do populismo getulista, tornando-se um instrumento de colaboração, para docilizar o povo e torná-lo útil aos objetivos governamentais. Como salienta Euclides Marchi:

No Brasil, enquanto o governo Vargas preparava o Plano Cohen [auxiliado pelos integralistas], os bispos divulgavam a encíclica de Pio XI, acompanhada de uma Carta Pastoral sobre o Comunismo ateu, publicada no Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 1937. Centrada na luta contra o comunismo, legitimava moralmente o Estado na execução do seu plano golpista. Em linguagem contundente, os bispos mostravam

aos fiéis um comunismo que não se limitava a atacar esta ou aquela religião. Eliminava Deus da vida humana, suprimia a liberdade e liquidava a família. (...) Quanto à religião, o comunismo ateu voltava-lhe um ódio exterminador. Nunca a história da humanidade assistira a tão vasta conjuração contra a soberania de Deus e do Cristo. Concluía orientando os fiéis a pedirem a Deus que preservasse o Brasil do flagelo do comunismo ateu e que assistisse às nossas autoridades no cumprimento dos árduos deveres de conservar a ordem social e defender o patrimônio da civilização ameaçada (2003 apud ISCHLINGER, op. cit., p. 1154).

É, em especial, ao longo do Estado Novo, onde a Igreja Católica consegue a implantação de uma relação de pessoalidade com os artífices da política no âmbito federal. Uma das principais medidas defendidas pela Hierarquia, sobretudo por D. Leme na Pastoral de 1916, é o papel do ensino religioso que ganha força durante o período da ditadura varguista, e nos é peculiarmente interessante, visto que revela o pano de fundo da atuação dos membros da Hierarquia sob os auspícios do Governo. Como nos mostra Villaça, ao analisar a figura do padre Leonel Franca e o seu diário:

A reforma do ensino de 1942 foi feita sob a orientação de um jesuíta. Lemos no seu diário: ‘1942, março, 19 – De tarde, chamado do Capanema. Estivemos mais de três horas reunidos, o ministro, Lourenço Filho e eu, discutindo pontos da nova reforma do ensino. Várias sugestões feitas anteriormente foram aceitas.
26 – Nova entrevista com o ministro da Educação.
abril, 5 – Pela tarde, chamou-me o Dr. Capanema, para mostrar-me a redação definitiva da Lei Orgânica, do currículo, e da Lei de Adaptação.
abril, 6 – Páscoa – O Dr. Capanema passou pelo colégio, à tarde. Apresentei-lhe as últimas observações, que foram aceitas’ (VILLAÇA, op. cit., p. 214).

O Padre Franca possuía um papel de relevo para negociações com as esferas do poder central, “foi o primeiro padre assim ouvido e acatado, no Brasil, pelos círculos governamentais, não na qualidade de político, deputado ou senador ou ministro, mas na de padre” (VILLAÇA, op. cit., 212).

A igreja preconizava em seus ensinamentos basilares uma valorização da família, a transmissão de uma moral de bom comportamento, a valorização do trabalho como símbolo de dignidade e obediência às autoridades, que acreditavam como sendo estabelecidos por Deus. Observa-se, pois, que os valores clericais encaixavam-se na

filosofia governista, a Igreja era, portanto, depositária da confiança de Getúlio com fins de uma regeneração moral no país. A relação de apoio mútua entre a Igreja e o Estado simbolizou uma vitória, acima de tudo, da proposta varguista na conquista de uma hegemonia nacional. Há uma série de fatores que determinam a confluência de interesses envolvendo esses dois personagens, mas que, em hipótese alguma, podem ser compreendidos fora ou longe de suas respectivas instituições que representavam. É correto pensar na direção de que o catolicismo ganhou espaço considerável no governo de 1930, tanto em função de sua própria atuação “política” no cenário nacional quanto pela adequação e adaptação de um Estado que espreitava necessidades de alianças com as forças sociais em ascensão (BALDIN, op. cit.).

O ultraconservadorismo clerical, atrelado a uma insurgência dos pensamentos comunistas e anarquistas que chegavam ao Brasil como resultado das levas migratórias europeias, possibilitou entre o Governo e a Hierarquia uma união central que se baseava numa unidade nacional pela cultura e por uma total aversão ao comunismo. É importante ressaltar que, embora tendo perdido seu papel de coadjuvante da política com a formação da República, o catolicismo no Brasil não perdeu seu espaço de atuação social. A partir disso, estabeleceu a formação de mecanismos para uma defesa frente ao Estado laico, fortalecendo-se ao ponto de ser novamente cooptada pelo regime autoritário varguista (OLIVEIRA, 2015). O conluio entre Estado e a hierarquia Eclesiástica, serviu a Vargas como maneira de deslegitimar a nascente popularização do comunismo e do anarquismo, sobretudo em relação ao proletariado urbano, e manifestar seu projeto para a criação de uma brasilidade, centrada na música, no orgulho pátrio do esporte e na religiosidade católica, majoritária no país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato é que ambos os lados atingiram seus objetivos. De um lado a Igreja Católica conseguiu se reinserir junto ao Estado e garantir uma maior notoriedade entre a sociedade brasileira; por outro lado, para Getúlio Vargas o alinhamento ideológico da Igreja

possibilitou que arregimentasse um amplo apoio popular para seu regime e o fomento de uma unidade cultural.

No levante comunista de 1935 a igreja condenou veementemente a ação dos vermelhos, exaltando as forças armadas na repressão aos que representavam para o imaginário popular, e em alguns casos até das autoridades clericais, a destruição da religião. Convocou-se uma resposta popular a ação, evocando sempre a manutenção dos princípios cristãos como norteadores da moralidade e dos auspícios governistas. Ao passo que com a deflagração do golpe do Estado Novo, em 1937, o camaleônico Vargas impõe sérias perseguições aos comunistas e aos integralistas, apesar de simpatizar com estes para reprimir o comunismo. Desta feita, o descontentamento das autoridades católicas no país, em grande parte aliadas ao integralismo, tornou-se um receio do presidente, que com vistas de manter esse apoio promove no Palácio Itamarati, um banquete para bispos (SILVA, op. cit.), deixando nítida a necessidade, e o seu interesse, de que o Estado permanecesse alinhado a Igreja católica.

Na prática, as relações cordiais entre o Estado e a Igreja permaneceram, sendo a Igreja obrigada a adaptar-se à situação de insegurança jurídica. O episcopado desmobilizou o povo após conseguir seu intento junto ao Estado, na Constituição de 1934. Igualmente de certa forma desmobilizou o laicato em 1935, pelo excessivo controle que passou a exercer sobre a Ação Católica. Devido a isso, não pôde opor-se ao Estado quando este armou o golpe de 1937. Enfim, efetuou-se uma tentativa de periodização, tomando o período de 1930-1934 como de ofensiva da Igreja na ocupação do espaço político, com a mobilização das massas no intuito de pressionar o governo provisório. No ano de 1935, deu-se a disputa entre a AIB (Ação Integralista Brasileira), a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e a Igreja. Finalmente, após 1935, a Igreja perde a iniciativa, em favor do Estado. A marcha dos acontecimentos, que acabariam por levar a Igreja Católica a recuperar a posição perdida em 1891, no entanto, não se processou sem avanços e recuos, reticências e silêncios eloquentes, como se tal dinâmica correspondesse aos traços da personalidade do Chefe da Nação (MENDONÇA, et al., op. cit.).

Verdadeiramente, no ocaso de sua trajetória, as duas forças apoiaram-se mutuamente, engrandecendo-se no processo. A trajetória política de Getúlio desligada da

religião católica é incompreensível. A elucidação desta dinâmica é de grande interesse, e contribui para a melhor inteligibilidade do período. A busca da legitimação, por parte de Vargas, o lançou nos braços da instituição que foi por décadas ignorada pela sociedade política. Favoreceu este movimento a inflexão espiritualista, que reagiu contra a mentalidade agnóstica prevalecente entre as elites no período anterior. (MENDONÇA, et al., op. cit.). Neste sentido, como diz Thomás C. Bruneau, “a Revolução de 1930 é o momento de reintegração da Igreja no Estado brasileiro”.

Os inimigos de outrora buscaram se aliar, movidos, em especial pelo combate a um “inimigo” comum. A importância do comunismo para o que, em termos gramscianos, é tratado como guerra de posição, cooptada por Getúlio e pela Igreja, foi crucial para a integração quase que total entre ambos. Essa união foi, em suma, benéfica para os dois lados envolvidos. Apesar da ocorrência de entraves em alguns momentos, Estado e Igreja perceberam que andar juntos naquele contexto ajudaria a combater o que ambos viam como principal ameaça política e espiritual: o comunismo (SILVA, op. cit.). Além de servir aos interesses de uma unificação popular em torno da religião católica, resultando na legitimidade do governo e na garantia de um aumento de fiéis para o catolicismo.

Por fim, é importante notar que, como destaca Alves (op. cit., p. 37), ao falar da importância das conquistas da Igreja nesse período: “Graças à sua flexibilidade, os privilégios obtidos em 1934 serão conservados durante a ditadura de Vargas e ver-se-ão, na sua grande maioria, incorporados à Constituição votada em 1946, depois da redemocratização do país”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. *A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memória na Paraíba (1930-1945)*. Campina Grande: EDUFMG, 2013.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

AZZI, Riolando. *O Início da Restauração Católica em Minas Gerais (1920-1930)*. Síntese, Rio de Janeiro, n.14, 1978.

BALDIN, Marco Antônio. *Militarismo e Catolicismo na Era Vargas*. Dialogos (Maringa) , v. 16, p. 1177-1201, 2012.

BRUNEAU, Thomás C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *O “renascimento” da Igreja Católica do Brasil: Ideários de uma geração (1920-1940)*. XIV Encontro Regional de História. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão, PR. 2014.

MENDONÇA, Carlos V.C.; PEREIRA, Maria R.C.S.; RODRIGUES, Pablo de Andrade; LOSS, Bruno Zottele. *Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica*. In: Dimensões, vol. 26, 2011, p. 277-291. UFES - Programa de Pós-Graduação em História

NERI, Marcelo Côrte – *Coord. Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2011.

OLIVEIRA, Alexandre Luis de. *O Conservadorismo católico frente ao processo de laicização: Cardeal Leme e a recatolização brasileira no regime varguista*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História – SC., 2015. Florianópolis. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios.

SANTOS, Carla Xavier dos. *A relação do Estado Novo e Igreja Católica através do olhar da Imprensa Católica Gaúcha*. In: IX Encontro Estadual de História – ANPUH - RS., 2008, Porto Alegre. Vestígios do passado: a história e suas fontes, 2008.

SILVA, Francisco Oliveira. *O Cardeal Leme e a Revolução de 1930*. 1995. 81 f. Dissertação (Mestrado em História Eclesiástica) - Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma: 1995.

SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e as Relações Políticas com o Estado na Era Vargas*. In: XIII Simpósio Nacional da ABHR, 2012, São Luís. Anais do XIII Simpósio Nacional da ABHR, 2012. v. 13. p. 1-11.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

**A RIDICULARIZAÇÃO POLÍTICA NA CAMPANHA ELEITORAL DE 2018:
INTERPRETAÇÃO DOS MEMES E DAS FAKE NEWS CONTRA A
CANDIDATURA DO PT**

Matheus Henrique da Silva Alcântara

Alex Alves Campello

RESUMO

O presente artigo se propõe a realizar uma discussão sobre a utilização de zombarias na última eleição de 2018, tendo como ferramenta principal o *Fake News*, ou seja, para ridicularizar a candidatura do Partido dos Trabalhadores, notadamente em períodos de turbulência política, social e polarização ideológica. Primeiramente se analisará a disseminação das notícias falsas em redes sociais no âmbito nacional. Por meio dos memes espalhados através de um aplicativo *WhatsApp*, que modificaram a política brasileira e interferiu no resultado eleitoral. Como fontes para embasar a pesquisa, serão utilizados os memes divulgados pela referida mídia digital, cujo conjunto de imagens já se encontra armazenado em um banco de dados por nós construído. Teoricamente, a pesquisa será fundamentada a partir de leituras de autores que trabalham na linha da História Política com ênfase na linguagem do humor, da sátira e da zombaria. Entre esses, podemos citar: Élio Flores e Elias Thomé Saliba. Para interpretar os textos iconográficos se faz necessário uma leitura do contexto histórico do tempo presente, para isso, utilizaremos referências bibliográficas como *A Elite do Atraso* (Jessé de Souza) e André Singer (*Os Sentidos do Lulismo*).

Palavras-chave: Política; Mídia digital; *Fake News*.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com o avanço da informatização e o tecnológico, e à necessidade de manter-se sempre atualizado, aumentou de maneira significativa a quantidade informações geradas e disponíveis, assim como, a velocidade como que elas